

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.489.842 - MS (2019/0122879-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AGRAVADO : AGUIMAR MEDINA DE OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADOS : KAREN SOUZA CARDOSO BUENO - MS006071
NABIHA DE OLIVEIRA MAKSOUD - MS011399

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, assim resumido:

APELAÇÃO CRIMINAL - TRÁFICO DE DROGAS - PLEITO ABSOLUTÓRIO - IMPOSSIBILIDADE - CONJUNTO PROBATÓRIO ROBUSTO - AFASTAMENTO DA CAUSA DE AUMENTO PREVISTA NO ART 40 INCISO III DA LEI 11343/06 - CABÍVEL - RECEPÇÃO ABSOLVIÇÃO OU DESCLASSIFICAÇÃO PARA MODALIDADE CULPOSA - IMPOSSIBILIDADE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

I – Não prospera a negativa de autoria, tendo em vista que os elementos probatórios nos autos são harmônicos ao demonstrar a prática dos delitos de tráfico de drogas e recepção pelo acusado. Condenação mantida.

II – Afastada a causa de aumento prevista no art. 40, inciso III, da Lei nº 11.343/06, em razão da insuficiência de provas quanto à prática de tráfico de drogas nas proximidades de estabelecimento de ensino.

Quanto à controvérsia, alega violação do art. 40, inciso III, da Lei n. 11.343/06, no que concerne ao restabelecimento da causa especial de aumento de pena prevista no mencionado dispositivo legal, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Em resumo, comprovado mediante mapas e fotografias que o recorrido exercia tráfico de drogas a 290 metros do Centro de Educação Infantil Lafayette Câmara de Oliveira e a 270 metros da Escola Municipal Profa. Eulália Neto Lessa, (fls. 7-9), deve Q incidir o art. 40, III, da Lei nº 11.343/06, independentemente da análise do elemento volitivo do agente. (fl. 326).

É o relatório. Decido.

O Tribunal de origem, ao examinar a controvérsia, fundamentou da seguinte maneira:

A defesa assevera que não há prova da existência de estabelecimentos escolares nas proximidades e da distância entre os locais. Acrescenta ainda que não foi investigado se o apelante tinha conhecimento da existência de escolas e creches nas proximidades, bem como se tinha por objetivo difundir a prática e alcançar referidas localidades.

Com razão.

Embora apresentado um mapa entre o local dos fatos e os estabelecimentos de ensino, às p. 07-09, tal documento encontra-se isolado nos autos.

Durante a persecução penal, não foram colhidos outros elementos que corroborassem a acusação, sendo que a aplicação da causa de aumento não foi submetida ao crivo do contraditório.

Insta salientar ainda que, os policiais militares, na fase inquisitorial e em juízo, não foram sequer questionados ou citaram a proximidade entre o local do crime, a escola de ensino regular e a creche (p. 15-17,19-21 e 185 – arquivos audiovisuais). (fl. 310)

Assim, na espécie, verificar a incidência da causa especial de aumento do art. 40, inciso III, da Lei n. 11.343/06 demanda, para tanto, o revolvimento do conjunto fático-probatório constante nos autos, o que atrai a incidência do óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”).

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)” (AgRg no Resp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e Resp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

